

17 OUT 1999

As mudanças no clima continuam

Economistas, técnicos e analistas de mercado podem ter reagido de forma cautelosa ao pacote de medidas destinadas a baixar os juros para empresas e consumidores, lançado, na quinta-feira, por Fernando Henrique. Mas, nos meios políticos, o Governo marcou um ponto. A avaliação generalizada entre as cabeças pensantes do Congresso é a de que o pacote é um sinal evidente de que o Presidente fez uma opção clara pelo crescimento econômico. Aos ouvidos dos políticos governistas, que já não

agüentam mais a cantilena da estabilidade monetária e as agruras do ajuste fiscal, o discurso de FH soou como música.

A expectativa é de que a acentuada redução do IOF nas operações de pessoas físicas e a injeção de quase R\$ 10 bilhões na economia, com o fim do compulsório sobre os depósitos a prazo, terão forte impacto já nas vendas de Natal, dando ensejo ao surgimento de um círculo virtuoso. O País entraria no ano 2000 já debaixo de um novo astral, embicado para cima, com

a atividade produtiva e os níveis de emprego em recuperação. O mote de Fernando Henrique é de que as condições macroeconômicas para a retomada do crescimento já estão dadas. Os últimos pacotes lançados a partir do Cabo Canaveral montado no Palácio do Planalto representariam apenas uma sucessão de intervenções microeconômicas, destinadas a acelerar a chegada da bonança.

É possível que tais prognósticos otimistas não venham a se confirmar plenamente, mas, no momento, são

eles que estão começando a povoar a imaginação da base governista. Como em política, pelo menos em períodos curtos, aquilo em que se acredita é tão importante quanto aquilo que existe, a disciplina da tropa parlamentar ligada ao Palácio do Planalto tende a aumentar. O Governo acredita que não terá problemas na aprovação da prorrogação da alíquota de 27,5% do IR na Câmara, na próxima semana, e na rápida tramitação das novas regras da previdência do setor privado no Senado. O mesmo pode se dizer em

relação à lei de responsabilidade fiscal, que ainda precisa passar pelas duas casas.

Em termos de ajuste fiscal, restaria, então, uma dor de cabeça séria para o Governo: a aprovação da nova emenda constitucional autorizando a contribuição previdenciária dos servidores inativos. Mas essa batalha provavelmente só será dada no ano que vem – e a esperança do Governo é de um ambiente de recuperação econômica e de crescimento do emprego. A conferir.